



CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM
Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84
Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

RESOLUÇÃO COFEM Nº 03/2016

"Estabelece o Calendário Eleitoral para renovação das vagas de Conselheiros do Conselho Federal de Museologia e dos Conselhos Regionais de Museologia e dá outras providências".

O Conselho Federal de Museologia - COFEM, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 7º, alínea "f" da Lei n 7.287, de 18/12/1984; o Art. 7º e Art. 13, inciso VI, do decreto n. 91.775, de 15 de outubro de 1985; Art. 48, Capítulo VIII, e Art. 29, Inciso XV, Capítulo V, do Regimento Interno do COFEM, e considerando a necessidade de dar continuidade às atividades dos COREM's para a condução do processo eleitoral

CONSIDERANDO:

- I. Que compete ao Presidente do COFEM convocar reuniões do Plenário e da Diretoria, e também o Colégio Eleitoral, com a finalidade de eleger os membros do COFEM, conforme o Art. 29º, Inciso VI, Capítulo V do Regimento Interno do COFEM;
- II. A desejada amplitude e eficiência do processo democrático eleitoral;
- III. As exigências legais para a renovação dos membros Conselheiros Efetivos e Suplentes do sistema COFEM-COREM's para o período 2017 – 2019;

RESOLVE:

Art. 1º – Estabelecer que as eleições do sistema COFEM-COREM's sejam realizadas no período de 23 a 30 de novembro de 2016, com o término dos atuais mandatos em 31 de dezembro de 2016, e posse dos novos Conselheiros do COFEM até 28 de janeiro de 2017, com simultânea eleição da diretoria.

Art. 2º – Os(as) Presidentes em conjunto com os(as) Tesoureiros(as) do sistema COFEM-COREM's ficam autorizados, até a posse das novas diretorias, mediante deliberação das atuais diretorias, registrada nas Plenárias Ordinárias, a realizarem movimentações financeiras ordinárias (pagamento de funcionários, de taxas e tributos públicos, e aos prestadores de serviços).

Art. 3º – Coordenar a renovação de vagas dos membros do COFEM conforme abaixo especificado:

- a) 1ª Região: um membro efetivo e um membro suplente com mandatos até 31 de dezembro de 2019;
- b) 5ª Região: um membro efetivo e um membro suplente com mandatos até 31 de dezembro de 2019; e
- c) 6ª Região: um membro efetivo e um membro suplente com mandatos até 31 de dezembro de 2019

Parágrafo Único – Os COREM's deverão preencher todas as vacâncias regionais, mesmo que estas ultrapassem o percentual de 1/3 estabelecido previamente.

Art. 4º – Os COREM's deverão emitir PORTARIA, que informe sobre as vagas em âmbito Regional e Federal de sua jurisdição e divulga-la amplamente a todos os museólogos registrados.



CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM

Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84

Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

Art. 5º – O Calendário Eleitoral deverá obedecer às seguintes datas:

- a) De **30/09 a 12/10/2016** – Os COREM's deverão divulgar o Calendário Eleitoral, com respectivos números de vagas para o sistema COFEM-COREM's, por meio de Portaria;
- b) De **13 a 29/10/2016** – Recebimento das candidaturas;
- c) Até **04/11/2016** – Comunicação do deferimento ou indeferimento aos candidatos, por meio de telegrama ou e-mail;
- d) Até **11/11/2016** – Data limite para recebimento de recursos;
- e) Até **16/11/2016** – Prazo final para julgamento e comunicação dos recursos;
- f) De **17/11 a 23/11/2016** – Divulgação dos nomes dos candidatos aos registrados nos COREM's e ao COFEM.
- g) Até **23/11/2016** – Data limite para convocação de eleições. Na convocação deverá constar também, a data e o local de sua realização;
- h) De **23 a 30/11/2016** – Período Eleitoral e apuração dos votos. A apuração dos votos deverá ser realizada pelos integrantes da Comissão de Ética Profissional e Fiscalização;
- i) Dia **03/12/2016** – Divulgação dos resultados aos registrados nos respectivos COREM's e ao COFEM, por meio de carta ofício;
- j) Entre **05 e 13 de dezembro de 2016**, realização das assembleias que irão escolher a nova diretoria dos COREM's, cuja posse se dará em janeiro de 2017;
- k) **31/12/2016** – Término dos atuais mandatos;
- l) **01/01/2017** – Início dos mandatos dos novos Conselheiros dos COREM's;
- m) Entre **02 e 28/01/2017** – Posse dos novos Conselheiros do COFEM.

§ 1º: Para facilitar a dinâmica do processo eleitoral, os COREM's estão autorizados a receber, no período de **23 a 30/11/2016** votos por meio de correspondência postal ou eletrônica (e-mail), com o remetente devidamente identificado, desde que atenda o disposto em seu respectivo REGIMENTO INTERNO.

§ 2º: Serão considerados válidos os votos que forem enviados por correio postal ou eletrônico e chegarem aos COREM's até as 24h do dia anterior ao da apuração no respectivo COREM.

Art. 6º – São requisitos de elegibilidade do Museólogo, conforme Resolução nº 001/1989, em seu Art.8º e na Resolução nº 03/2008, em seu Art.1º:

- I - Ser cidadão brasileiro nato ou naturalizado;
- II - Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais e civis;
- III - Possuir registro no COREM há mais de 01 (um) ano;
- IV - Estar inscrito no COREM onde exerça atividade profissional;
- V - Inexistir condenação e pena superior, em virtude de sentença transitada em julgado;
- VI - Estar quite com a Tesouraria do respectivo COREM;
- VII - Não estar indiciado ou cumprindo penalidade por infração ao Código de Ética Profissional do Museólogo;
- VIII - Não exercer emprego ou qualquer atividade remunerada em Conselhos de Museologia;
- IX - Não ter perdido mandato eletivo em Conselho de Museologia, excluindo o caso de renúncia;
- X- Não ter sido destituído de cargo, função ou emprego por prática de ato de improbidade na administração pública ou privada, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 1º: Aplicam-se ainda aos candidatos, as exigências do Art. 530 da CLT e legislação complementar.



CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM

Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84

Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

§ 2º: São considerados inelegíveis por conflito de interesses, os museólogos que ocupam, concomitantemente, cargo de representantes sindicais ou representantes de associações de classe.

Art. 7º – Define critérios objetivos e hierarquizados para ocupação dos cargos de Diretoria:

- a) Graduação e pós-graduação em Museologia (graus não hierarquizados para efeito eleitoral / a Lei no 7.287, Art. 9º, § 1º, e o Decreto 91.775, Art. 12º, § 1º; estabelecem em dois terços a composição de bacharéis em Museologia do total de Membros Efetivos e Suplentes);
- b) Período de registro no COREM, optando-se pelos mais antigos;
- c) Participação efetiva no Conselho Regional;
- d) Participação efetiva no Conselho Federal.

Art. 8º – Define os dados e os documentos que devem acompanhar os nomes dos candidatos a Membro Efetivo e Suplente do COFEM:

- a) Nome civil completo;
- b) Número de registro no COREM e data de expedição;
- c) Endereço residencial, telefones (fixo e celular) e endereço eletrônico;
- d) Número da Cédula de Identidade e do CPF;
- e) Breve *curriculum vitae* de no máximo uma lauda, contendo informações sobre: graduação ou pós-graduação em Museologia; participação no sistema COFEM/ COREM's; atividades atuais, instituição na qual trabalha, entre outras;
- f) Declaração negativa do candidato sobre sua situação face ao sistema COFEM/ COREM's e a processos de natureza ética e/ou jurídica que estiver envolvido;
- g) Cópia ou Extrato da Ata do processo de apresentação e aprovação da candidatura; e
- h) Requerimento para registro de listas de candidaturas assinado pela maioria dos candidatos, se for o caso.

Art. 9º – Determinar que os COREM's examinem todos os dados e documentos dos candidatos ao COFEM, dada a impossibilidade do mesmo de reunir o seu colegiado para fazê-lo.

Art. 10º – Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2016.

Rita de Cássia de Mattos

Presidente COFEM